

Saquarema, 13 de janeiro de 2026.

Ofício nº 22/2026

Câmara Mun. Saquarema  
Protocolo nº 018

Assunto: VETO TOTAL ao Projeto de Lei nº 080/2025

15 JAN 2026

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para, no exercício da prerrogativa prevista no § 1º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema, apor **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 080/2025, aprovado por essa Egrégia Câmara Municipal.

Inicialmente, cumpre a esta Chefia do Poder Executivo reconhecer a relevância constitucional da liberdade religiosa e de culto, direito fundamental assegurado pelo art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, bem como o papel social historicamente desempenhado pelas igrejas e templos religiosos.

Todavia, não obstante o propósito declarado da proposição, a análise jurídico-constitucional do projeto evidencia a presença de vícios materiais insanáveis, que impedem sua sanção.

Isso porque o reconhecimento, por lei municipal, das atividades religiosas como "serviços essenciais", com a consequente vedação à suspensão integral de atividades presenciais, afronta o princípio da laicidade do Estado, consagrado no art. 19, inciso I, da Constituição Federal, ao conferir tratamento normativo diferenciado e privilegiado a determinada manifestação religiosa, em detrimento do dever de neutralidade do Poder Público.

Ademais, ao assegurar, em qualquer hipótese, a realização de cultos presenciais com percentual mínimo de fiéis, inclusive durante situações de emergência, calamidade pública, epidemias ou pandemias, o projeto restringe indevidamente a atuação das autoridades sanitárias competentes, invadindo matéria afeta à proteção da saúde pública, cuja regulamentação e execução competem, de forma coordenada, à União, aos Estados e aos Municípios, observados critérios técnicos e científicos.

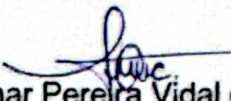
Ressalte-se que, conforme reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, direitos fundamentais não possuem caráter absoluto, devendo ser harmonizados com outros valores igualmente tutelados pela Constituição, notadamente o direito à vida e à saúde coletiva, sobretudo em cenários de grave risco sanitário.



Ao impedir, de maneira abstrata e genérica, a adoção de medidas excepcionais eventualmente necessárias à contenção de riscos à saúde pública, a proposição viola os princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da precaução, comprometendo a atuação legítima do Poder Público em situações extremas.

Diante do exposto, e por razões estritamente constitucionais, de preservação da laicidade do Estado e de proteção à saúde pública, não resta alternativa a esta Chefia do Poder Executivo senão apôr **VETO TOTAL** ao Projeto de Lei nº 080/2025, para os fins do § 3º do art. 50 da Lei Orgânica do Município de Saquarema.

Cordialmente,

  
Lucimar Pereira Vidal da Costa  
Prefeita

[Câmara Mun. Saquarema]  
Protocolo nº 018

15 JAN 2025

[Fundação]  


Exmo. Sr.  
Odinei Garcia Ramos  
Presidente da Câmara Municipal de Saquarema